

Rosa Virgínia Mattos e Silva

# “O português são dois”...

Novas fronteiras, velhos problemas

# Sumário

- 9** Nota do editor
- 11** Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil
- 27** Diversidade lingüística, língua de cultura e ensino de português
- 37** A diversidade do português brasileiro e seu ensino aos povos indígenas
- 47** Língua portuguesa: novas fronteiras, velhos problemas
- 63** Diversidade lingüística brasileira e ensino do português: proposições comentadas
- 79** Que gramática ensinar, quando e por quê?
- 93** Alfabetização no Brasil
- 106** O que corrigir no português de nossos alunos?
- 116** Uma política para o ensino da língua portuguesa no Brasil
- 128** O português são dois: Variação, mudança, norma e a questão do ensino do português no Brasil

# Nota do editor

A leitura desta nova obra de Rosa Virgínia Mattos e Silva é capaz de infundir temor e tremor diante da realidade educacional brasileira. A Autora, como é de esperar de alguém que modestamente se auto-intitula “professora de português” com suficiente gosto para “acompanhar a reflexão de antropólogos, pedagogos e lingüistas sobre a questão da educação” lingüística, concentra-se nas urgências da educação lingüística, sem nos deixar perder de vista o drama da educação como um todo. Seus textos recuam e avançam no tempo para nos levar a ver que muito, quase tudo, está por ser feito: para nosso pasmo, projeções fundamentadas indicam que, a permanecerem as disposições atuais, só em 2100 o ensino fundamental completo será enfim dispensado a 95% da juventude brasileira, com o ensino médio completo para 90% de uma geração sendo postergado para o ano 3080.

É nesse quadro que evolui a reflexão que aqui se propõe sobre o ensino de língua portuguesa, reflexão plasmada por uma fecunda prática de ensino de quarenta anos.

A publicação de *O português são dois – novas fronteiras, velhos problemas* é o modo que encontramos de propor aos que se preparam para ser, como a Autora, professores e professoras de português o engendramento de uma política para o ensino da língua portuguesa que leve em conta o que foi feito e o que há por fazer. Só pela coragem de analisar sem concessões nossa situação lingüística é que poderemos incorporar aos planos de ensino a diversidade lingüística de um país que precisa descobrir que português reconhecer como língua de índios, negros, brancos e às mesclas de todos; que passos dar para erradicar o analfabetismo; o que corrigir no português dos nossos estudantes (do fundamental à universidade), tendo para isso de deixar imediatamente

para trás a história tragicômica de que vai mal o vernáculo no Brasil. Só o reconhecimento da heterogeneidade brasileira pode levar a escola a abandonar um ensino padronizado e a uma atitude realista diante da diversidade de nossa cultura. “O português são dois” para Carlos Drummond de Andrade. Se ele tivesse se detido um pouco mais sobre nossa língua, diria certamente que são mais que dois, são vários.

*O português são dois – novas fronteiras, velhos problemas* há de marcar o magistério brasileiro porque concilia a capacidade de crítica com a convicção de que a realidade educacional pode ser mudada, reconfigurada por professores lingüística e sociolingüísticamente preparados para compreender e explicitar nossa heterogeneidade, para não fazer calar seus alunos, dispostos a alfabetizar e literalizar os milhões de brasileiros que não chegaram ao letramento.

Em jogo estão o ensino de língua portuguesa e o próprio sistema educacional em nosso país. Como se verá, as políticas para o ensino institucional implementadas entre nós, desde o Brasil colonial e pós-colonial até os nossos dias, nunca saíram do plano do discurso e sempre se “desfazem no plano da realidade”. Mas como só a educação pode levar-nos a despertar e a abandonar os cueiros já rotos de nosso berço esplêndido, comecemos por aprender com Rosa Virgínia Mattos e Silva a como persistir na ação afirmativa pela mudança que muitos apregoam, mas que bem poucos têm coragem de buscar.

# Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil\*

## 1. O tema

Multiplicam-se as situações em que dizem, no Brasil, que vai mal a língua portuguesa. Irá mal, de fato, o vernáculo no Brasil? Claro que não. Vai muito mal a expectativa de alguns, até numerosos sem dúvida, que, desligados da realidade da nação brasileira, desejam recuperar algo que nunca fomos e, por isso, não assumem de fato o que nos legou e lega a nossa própria história.

A afirmativa anterior indica duas atitudes polares que se refletem nas avaliações que se fazem sobre o uso da língua portuguesa no Brasil e, por consequência, sobre o dever-ser de seu ensino: a dos que cobram a aplicação de uma norma obsoleta, idealizada por uma tradição cultural dominante, e a dos que encaram realisticamente a diversidade lingüística do Brasil.

## 2. O problema

Diante da magnitude territorial e da heterogeneidade cultural, social e econômica, frutos de sua história, o Brasil é, por definição, a nação da

---

\* Este texto é uma versão ligeiramente adaptada do artigo originalmente lido na mesa-redonda sobre "O ensino do português como língua materna", no Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo (Lisboa, junho/julho de 1983). O artigo também foi publicado em LINDLEY CINTRA, L. F., *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa: Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, 1985, pp. 360-375.

diversidade em qualquer aspecto que se queira considerar da sua vida social. A língua portuguesa no Brasil, impossível de ser de outra forma, reflete isso, apesar de uma visão redutora insistir na “espantosa”, “notável”, “esplêndida”, “apreciável” unidade do português do Brasil. Esses qualificativos se encontram em trabalhos clássicos e muito difundidos sobre o português brasileiro.

A norma idealizada a partir de modelos literários do passado se encontra codificada na tradição da gramática pedagógica transmitida — de maneira já muito mais crítica agora — no ensino da língua portuguesa.

As normas, e não a norma, culturalmente prestigiadas e de fato em uso por certos segmentos definidos como cultos da população brasileira da atualidade estão em certa medida documentadas pelo Projeto NURC<sup>1</sup>. Os fundamentos para uma prática estão ainda longe de estar prontos para uma adaptação pedagógica que poderá partir de situações documentadas e permitirá, com certa margem de acerto, a condução do ensino baseada, pelo menos, nas variedades existentes nos dialetos de segmentos cultos de cinco capitais brasileiras (Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre).

A diversidade lingüística, quer diatópica, quer diastrática, se encontra mais bem conhecida do que há trinta anos atrás, quando Serafim da Silva Neto iniciou sua cruzada dialetológica, seguindo Antenor Nascentes; contudo, o seu conhecimento é ainda assistemático e fragmentário.

Com apenas dois atlas lingüísticos publicados — o *Atlas prévio dos falares baianos*<sup>2</sup> e o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*<sup>3</sup>, e outro pronto desde inícios de anos 1970, mas ainda inédito, o *Atlas lingüístico de Sergipe*<sup>4</sup> e outros planejados ou em realização, não se pode dizer que a geografia dialetal do Brasil seja conhecida; mas, sem dúvida, o é mais que antes.

---

<sup>1</sup> O Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (NURC) começou a ser cogitado em 1969 no Brasil e se realiza desde então, apesar das dificuldades de vária ordem.

<sup>2</sup> ROSSI, N. et alii, *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.

<sup>3</sup> ZÁGARI, M.; RIBEIRO, J. e GALO, A., *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*, vol. I. Rio de Janeiro: MEC-FCRB-UFEJ, 1977.

<sup>4</sup> ROSSI, N. et alii, *Atlas lingüístico de Sergipe*. Pronto para publicação desde 1973.

Com trabalhos monográficos sobre dialetos regionais ou tópicos específicos desses dialetos apresentados em geral em dissertações de pós-graduação<sup>5</sup> de circulação restrita e muitos artigos dispersos em periódicos, além de comunicações e congressos, cujas atas, freqüentemente por razões econômicas, não se publicam, vê-se que se faz dialetologia diatópica no Brasil. Não se pode, portanto, repetir o que dizia Celso Cunha em 1964: "Tudo ou quase tudo em nossa língua está por fazer, e a maior parte do que foi feito precisa ser refeita"<sup>6</sup>. Nesses quarenta anos se fez alguma coisa, apesar das dificuldades conhecidas. A qualidade desses trabalhos é claro que é variável, sendo constante, no entanto, o seu semi-ineditismo, já que a difusão é mínima, em geral por serem mimeografados ou publicados em periódicos de difusão limitada.

O mesmo se pode dizer da dialetologia social ou da sociolingüística, cuja temática vem ocupando alguns pesquisadores, sobretudo a partir da década de 1970. Esses são dados animadores e também significativos para o conhecimento da diversidade lingüística brasileira. Abrem-se também perspectivas em direção a estudos de línguas em contato com o português em algumas situações típicas do Brasil, tanto em relação aos contatos lingüísticos do português com línguas transplantadas por imigrantes a partir do século passado, como aos contatos com populações indígenas autóctones, que mantêm, apesar dos massacres passados e presentes, vivas e em uso ainda no Brasil, mais de cem línguas indígenas<sup>7</sup>.

Não é, portanto, desanimadora, de modo algum, a avaliação que se pode fazer sobre o conhecimento atual do português do Brasil, embora, realisticamente, ainda se tenha que afirmar, não que está tudo por fazer, mas que há muito a ser feito e as dificuldades são muitas, sobretudo porque pesquisas da natureza das anteriormente referidas exigem muitos pesquisadores bem-preparados e financiamentos de peso, e todos nós sabemos que

---

<sup>5</sup> A Associação Brasileira de Lingüística, nos seus boletins nº 2, 3 e 4 de 1982 e 1983, apresenta uma relação de dissertações e teses em lingüística e língua portuguesa realizadas em cursos de pós-graduação na área de letras no Brasil e entre elas estão trabalhos de dialetologia tanto diatópica como diastrática.

<sup>6</sup> *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964, p. 14.

<sup>7</sup> Cf. MELATTI, J. C., *Índios do Brasil*. Brasília: Coordenada, 1972, pp. 12-13.